

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ LESTE (SECRETARIADA) – GRAVAÇÃO**
2 **DISPONÍVEL** – No dia 06 de junho de 2024, quinta-feira às 14 horas por videoconferência,
3 reuniram-se os membros do Subcomitê Trecho Leste com os pontos de pauta: **1) Aprovação**
4 **de pauta do dia; 2) Leitura e aprovação de ATAS; 3) Processo e comissão eleitoral; 4)**
5 **Crise do Tolueno: direcionamentos; 5) Assuntos gerais;** Iniciada a reunião, com quórum
6 de segunda chamada, às 14h15min: **1) Aprovação de pauta do dia:** Halphy Rodrigues
7 realizou a leitura da pauta, acima descrita, para os demais membros presentes e em seguida
8 questionou aos membros se havia alguma alteração a ser aplicada. Não havendo objeções, a
9 pauta foi aprovada. **2) Leitura e aprovação de ATAS:** Halphy Rodrigues solicitou a projeção
10 das minutas a serem aprovadas para menção e referência, sendo dispensada a leitura pois já
11 haviam sido enviadas via e-mail, anteriormente, junto com a convocatória. A minuta da ata,
12 referente à reunião do dia 07/03/2024, foi projetada. Após Halphy Rodrigues ler os pontos de
13 pauta, a ata foi aprovada por todos. Em seguida, a minuta da ata, referente à reunião do dia
14 16/04/2024, foi projetada. Após Halphy Rodrigues ler o ponto de pauta, a ata foi aprovada por
15 todos. **3) Processo e comissão eleitoral:** Halphy Rodrigues iniciou o ponto de pauta,
16 explicando que o mandato atual são de 02 (dois) anos e que está terminando, coincidindo com
17 as eleições governamentais, sendo assim, encerrando o mandato e todas as plenárias,
18 coordenações dos subcomitês e da plenária e coordenação do CBH-BG. Destacou que,
19 consequentemente, existe a conclusão dos grupos de trabalho e que mesmo que retomem,
20 será necessária uma nova escolha de membros. Explicou que conforme a CTIL, já está tendo
21 envolvimento para a criação do edital eleitoral, atualização dos documentos e publicação, haja
22 vista que o processo eleitoral tem previsão de 2 (dois) a 3 (três) meses para ocorrer. Destacou
23 que é importante que ocorra em 3 (três) meses por causa do prazo de todo procedimento.
24 Acrescentou que é um processo complexo pois precisa ser bem realizado, pois é algo oficial e
25 garante a plenária nos próximos anos. Com relação aos usuários e poder público, destacou
26 que existem usuários consultivos e não-consultivos: os usuários consultivos são aqueles que
27 demandam consumo de água e os usuários não consultivos são os usuários, por exemplo, que
28 utilizam o corpo hídrico para a prática de esporte, pesca ou clubes. Acrescentou que os
29 usuários precisam apresentar documentos como: atos constitutivos da empresa, ofício de
30 indicação e o preenchimento do formulário de inscrição em anexo ao edital eleitoral. Já o poder
31 público: ofício do gestor do órgão público precisa realizar a indicação do representante e
32 geralmente, consta no edital, que precisa ser órgão que seja inerente a recursos hídricos.
33 Explicou também que há necessidade de uma comissão eleitoral de cada subcomitê e essa
34 comissão é responsável pela primeira etapa do processo eleitoral, atestando a validade e
35 veracidade dos documentos que foram apresentados pela AGEVAP. A comissão eleitoral é



36 constituída de um membro da sociedade civil, um membro de usuários e um membro do poder
37 público de qualquer esfera. Esses membros irão avaliar toda a documentação apresentada. A
38 comissão eleitoral, além de avaliar a documentação irão preparar o parecer eleitoral com os
39 motivos, como exemplo o parecer de inabilitação, já que a comissão eleitoral deve apresentar
40 o motivo de inabilitação, para que o interessado possa recorrer, caso ele entenda que o parecer
41 da comissão foi injusto. É necessário que seja uma instituição legalmente constituída para que
42 ela possa pleitear uma vaga no Subcomitê. Também citou exemplos de irregularidades que
43 constaram em sua experiência na comissão eleitoral. Halphy Rodrigues salientou que o item
44 de pauta, além de explicar sobre o processo eleitoral também deve ser indicado os membros
45 que irão compor a comissão eleitoral do Subcomitê Leste, pois será homologado na plenária
46 do Comitê. Comentou que já assumiu a vaga de usuários da comissão eleitoral do Subcomitê
47 CLIP, onde também é membro. Se colocou a disposição para apoio, caso não haja nenhum
48 outro membro do setor usuários de recursos hídricos, é necessário que um representante do
49 setor Poder Público e Sociedade Civil se candidatem. Andresse Gnoatto informou que no setor
50 sociedade civil, atualmente tem como representantes associações e instituições do terceiro
51 setor e o Instituto Federal Fluminense - IFF que é um instituto técnico federal, que compõe o
52 segmento de Sociedade Civil dentro do subcomitê Leste. Pela Resolução do Comitê a
53 Sociedade Civil que possui interesse relacionado aos recursos hídricos dentro Região
54 Hidrográfica V, para o Subcomitê Leste, dentro da região específica do Leste. A documentação
55 necessária é a ficha de inscrição da sociedade civil, com cópia dos atos constitutivos que é o
56 contrato social ou o estatuto registrado em cartório da instituição, a cópia autenticada da ata
57 da última eleição da diretoria, o comprovante de CNPJ ativo, o comprovante das atividades
58 relacionadas aos recursos hídricos desenvolvidas em sua sub-região nos últimos 02 anos além
59 de um ofício indicando que serão os representantes da sociedade civil que estarão
60 representando a instituição dentro das plenárias. Atualmente, dentro do Subcomitê Leste, só
61 existem 03 representantes no segmento da sociedade civil e 02 destes já compõe a plenária
62 do CBH-BG. Halphy Rodrigues solicitou aos membros, que possuem interesse, que se
63 candidatem até o final da presente reunião. Andresse Gnoatto informou, caso não haja
64 candidatura de nenhum membro da sociedade civil, se prontifica a compor a comissão eleitoral.
65 Halphy Rodrigues salientou, que se não for decidido nesta reunião todos os membros que irão
66 compor a comissão, essa decisão será tomada via aplicativo whatsapp ou e-mail e
67 encaminhada via e-mail à Secretaria Executiva. **4) Crise do Tolueno:** Andresse Gnoatto
68 informou que esse item de pauta está em aberto para ser conversado sobre os
69 direcionamentos, o que aconteceu até o momento e pensar em estratégias para os
70 direcionamentos. Principalmente com o foco no Plano de Contingência, um dos assuntos mais



71 importantes é focar no que poderá ser feito mediante uma crise. Já que é uma situação inédita
72 e recentemente, foi vista a importância que é ter esse documento formalizado com as devidas
73 responsabilidades. Informou que faz parte da Força de Trabalho Leste, juntamente com
74 diversos outros grupos e instituições. Andresse Gnoatto apresentou em tela as ações que foram
75 realizadas até o momento, informações disponíveis no site do CBH-BG. Foi criada uma força
76 tarefa com o propósito de acompanhar toda essa questão da contaminação por tolueno na
77 região. A força tarefa trouxe algumas instituições que não compõem o subcomitê, como é o
78 caso da AHOMAR e a PUC Rio, a partir do laboratório de análises ambientais e quem está à
79 frente é o professor Renato Carreira. A partir disso, alguns desdobramentos começaram a
80 surgir. Foi definida uma malha amostral para se fazer o monitoramento na região e saber como
81 estava a situação, a coleta ocorreu no dia 20 de abril, com uma janela de 15 dias do dia da
82 contaminação, foram feitas as análises de água e solo na região. Andresse Gnoatto apresentou
83 fotos do dia da coleta e agradeceu ao Wander Guerra pela disponibilidade de apresentar a
84 região e levar a equipe até os locais. Agradeceu ao apoio da PUC e ao Thiago que elaborou
85 os mapas em definição dos pontos, que foram definidos em cima de um documento não oficial
86 enviado pelo INEA que foi utilizado como parâmetro de definição dos pontos que foram feitas
87 as análises. No dia 20 de abril uma equipe foi até o local e fez a coleta de água e solo em
88 alguns pontos, através de um barco e outra parte por terra. A entrega da coleta foi feita no
89 mesmo dia, para a Adriana e o professor Renato Carrera onde se seguiu a análise, com isso,
90 foi gerado um mapa, onde não foi encontrada a presença significativa do composto tolueno.
91 Apesar de em alguns pontos ter sido colocados de 2 a 7,1 microgramas por litro, está abaixo
92 do valor indicado nas portarias. Depois dessa amostra, houve algumas repercussões
93 relacionados a AHOMAR, pois o Alexandre Anderson contestou esses dados, mas acredita-se
94 que o relatório foi entregue e o trabalho do Professor Renato é de extrema importância e
95 acredita-se que seja importante manter o monitoramento nessa região. Em seguida, foi
96 realizada uma reunião junto ao IBAMA e algumas tarefas foram encaminhadas, como fazer um
97 monitoramento/visita ao local junto a diversas instituições. Pelo que se sabe, essa foi uma das
98 últimas ações executadas pelo força tarefa, de acordo com as atualizações do site. A proposta
99 seguiu fazendo um monitoramento para a região da APA de Guapimirim, depois desses
100 percalços sobre as análises. O Professor Renato solicitou que essas análises fossem feitas em
101 companhia de algum órgão ambiental. A APA Guapimirim demonstrou interesse em fazer esse
102 monitoramento dentro dessa unidade de conservação que é muito importante.
103 Estrategicamente foi decidido fazer um monitoramento apenas dentro da APA Guapimirim, nos
104 rios Caceribu, Guaraí e Guapi-Macacu no limite da APA na estrada. A coleta foi feita em 6
105 pontos e foram utilizados recursos financeiros das instituições envolvidas, a APA de Guapimirim



106 cedeu a embarcação, o profissional para realizar a saída e o combustível, assim como a
107 Guardiões do Mar entrou com o transporte terrestre, buscar os materiais na PUC e duas
108 profissionais que são a Andresse Gnoatto e a doutora Carolina White para fazer a coleta das
109 amostras. Em 20 de maio, após um mês da primeira coleta, foi realizada uma nova coleta, em
110 06 pontos diferentes e resultou, em nenhum dado de tolueno presente nas amostras. Para dar
111 prosseguimento a esse monitoramento, é necessário um apoio de transporte, a coleta anterior
112 foi custeada pelo ICMBIO, PUC e Guardiões do Mar de forma voluntária, mas para que o
113 monitoramento seja continuado a cada 15 dias nesses pontos da APA Guapimirim é necessário
114 um apoio financeiro para os transportes, principalmente para a gasolina da embarcação, é
115 gasto em média R\$180 (cento e oitenta reais) a R\$200 (duzentos reais) de gasolina, cerca de
116 30 litros de gasolina e foi utilizado como estratégia fazer uma parte do trajeto de barco e outra
117 parte por terra. A coleta está sendo feita em cima das pontes, na rodovia mesmo, para diminuir
118 o tempo da coleta e conseguir fazê-la com a maré vazante. Para adquirir esse recurso que já
119 existe no Subcomitê de transporte, é preciso que esse monitoramento seja uma atividade do
120 Subcomitê Leste, assim sendo, é necessário a aprovação como uma atividade. Uma das
121 questões jurídicas da AGEVAP para poder pagar esse transporte é criar um GT específico.
122 Andresse Gnoatto fez um adendo informando que as análises da PUC Rio são todas gratuitas
123 e estão sendo oferecidas de forma voluntária. Cada análise dessa, segundo a OCEANNUS,
124 custa em média R\$1.000,00 (mil reais) ou seja, seriam R\$6.000,00 (seis mil reais) para fazer a
125 análise dos 6 pontos, atualmente está sendo executada com um custo baixo, profissionais
126 extremamente qualificados estão sendo colocados à disposição para realizar essa análise e o
127 aporte da PUC Rio de forma gratuita. Por fim, salientou que a grande questão é se será criado
128 um GT específico dentro do Subcomitê Leste, ou, se conseguiria que fosse apenas uma tarefa
129 do Subcomitê, sem retirar recurso de nenhum outro eixo do Subcomitê Leste. Destacou que,
130 existe um recurso para transporte, por isso, realizaria o trabalho com o recurso do transporte.
131 Sra. Carolina Martins explicou que, conforme conversado com Andresse Gnoatto, existe
132 dificuldade no andamento do reembolso devido aos questionamentos da solicitação divergente
133 do que se costuma realizar. Explicou que a resolução de reembolso traz o transporte terrestre
134 sem ser considerado o transporte de outra forma, mas que a resolução está em revisão para
135 ser pontuada. Explicou também que o setor jurídico da AGEVAP, indicou a necessidade de
136 considerar a força tarefa em um grupo de trabalho vinculado do Subcomitê Leste, haja vista
137 que é uma instância já prevista e poderia facilitar no andamento do trabalho. O subcomitê
138 poderá convocar pessoas que não são do subcomitê e nem do comitê, que participem da
139 discussão, que isso auxilia no debate e ações. Explicou também que o grupo de trabalho não
140 necessita de obrigatoriedade das reuniões e frequências e que funciona no formato que seja



141 mais viável. Destacou que para os trâmites da AGEVAP, seria a melhor alternativa.
142 Inicialmente e, foi forma emergencial, mas que foi aberto um processo com todas as
143 informações e cronograma, com a orientação do setor jurídico. Andresse Gnoatto perguntou se
144 seria somente uma atividade ou se deveria ser relatado. Sra. Carolina Martins respondeu que
145 como seria uma atividade contínua, ela entende que a melhor alternativa seria um grupo de
146 trabalho, que é uma ação temporária agindo de forma emergencial. A resolução explica,
147 especificamente, sobre o reembolso de deslocamento terrestre. Por isso, a criação de um grupo
148 de trabalho justificaria o reembolso aos membros. Adriana Bocaiuva iniciou, solicitando como
149 encaminhamento, a correção do link da reunião do subcomitê e sugeriu ao Halphy Rodrigues,
150 da CTIL, que fosse incluído deslocamento terrestre e hidroviário na resolução de custo.
151 Explicou, brevemente, que o força-tarefa é apenas uma articulação comandada pelo comitê
152 para que instituições que têm interesse comum no acompanhamento de determinada atividade
153 e que seria adequado criar um grupo de trabalho temporário voltado para a crise do Tolueno.
154 Destacou que seria a continuidade de um trabalho que já está em andamento e deixou claro
155 que qualquer atividade deliberada em uma instância, está prevista a rubrica de deslocamento.
156 Citou, como exemplo, uma visita realizada no Aterro de Gramacho onde todos os
157 deslocamentos foram previstos para os membros do Comitê, convidados seria uma outra
158 questão. Perguntou aos membros se concordavam com o encaminhamento e Halphy
159 Rodrigues solicitou que fosse inserido no chat. Thiago Leal agradeceu a equipe pelo trabalho
160 em conjunto e acrescentou que a articulação entre vários entes fez a diferença e demonstrou
161 concordância em relação à criação do grupo de trabalho. Em relação à situação emergencial,
162 questionou sobre a criação de um grupo de trabalho posterior para deliberar um recurso já
163 existente. Questionou se existe algum outro caminho para a situação emergencial, mas
164 declarou ser absolutamente favorável à criação de um grupo de trabalho. Adriana Bocaiuva
165 explicou que a deliberação foi pela diretoria em um custo que é entendido como previsto na
166 resolução para atividades pertinentes ao comitê. Thiago Leal acrescentou que o tolueno tem
167 uma volatilidade grande, nas análises da Petrobrás, lhe chamaram a atenção, a contaminação
168 por metais pesados na água e no poço de água subterrânea, próximo ao ponto 04, foi
169 encontrado BTEX em grande quantidade. Sendo assim, em algum momento houve a
170 contaminação por petróleo, que chegou ao lençol freático. Nessa discussão, é necessário
171 colocar alguns pontos de onde se origina isso e se antes esta bacia era considerada uma das
172 mais limpas do Brasil. Atualmente, há três problemas, pelo menos, de poluição relacionados
173 ao tolueno dissolvente, o BTEX por uma questão de petróleo e a questão por metais pesados.
174 Thiago Leal salientou que o monitoramento deve ir nessa linha e descobrir o que mais irá ser
175 encontrado. Andresse Gnoatto questionou se esses dados apresentados, estão relacionados



176 ao estudo da Petrobras que foi encaminhado dentro do grupo. Thiago Leal respondeu que sim.
177 Andresse Gnoatto informou que está sendo previsto, a importância de fazer a análises dos
178 poços artesianos, ainda não foi encontrada uma solução e talvez, um grupo de trabalho poderia
179 auxiliar na criação de uma estratégia. Atualmente, estão sendo monitorados apenas seis
180 pontos, que foram mapeados a partir das análises realizadas pela Petrobrás. Foram definidos
181 os seis pontos e realizados ajustes em três desses pontos para poder fazer a coleta via terrestre
182 e três para fazer a coleta via hidroviário. A ideia é manter esses seis pontos e futuramente,
183 através do GT levar esse monitoramento adiante, inclusive fazendo a análise de água
184 subterrânea. Adriana Bocaiuva informou que no regimento interno possui a previsão de
185 deslocamento, tem uma resolução que diz, basicamente, que não é necessário se preocupar
186 com urgências, a preocupação é somente configurar que há uma atividade do Comitê, para
187 bancar o deslocamento e que possui as regras que a Carolina está chamando a atenção, é que
188 nessas regras precisa-se contemplar todos os custos. Informou que essa análise foi possível,
189 devido a oferta do laboratório da PU e que não estava prevista no planejamento. Se as análises
190 tivessem de ser bancadas, teria de ser feita uma deliberação sobre o tema. Um dia antes do
191 acidente, houve uma reunião com a OCEANNUS, onde foi discutida, a criação de uma
192 alteração no escopo do relatório feito por eles e foi discutido também, que caso houvesse um
193 acidente, poderia haver uma flexibilidade do ponto de coleta e análise dos parâmetros que
194 estavam sendo analisados. Salientou que essa reunião ocorreu na terça-feira, e no dia
195 seguinte, houve o acidente e na quinta-feira a força-tarefa foi criada. Informou que entrou em
196 contato com a OCEANNUS na sexta-feira e disponibilizaram, mesmo sem o contrato ter sido
197 renovado, a possibilidade de deslocamento de um ponto de monitoramento para a entrada da
198 captação de água para o Sistema Imunana-Laranjal. O valor estipulado para a análise era de
199 R\$1.000,00 (mil reais) por ponto de monitoramento. A questão que está sendo prevista e a
200 OCEANNUS já concordou que é possível, dentro do contrato de monitoramento de pontos, na
201 RH-V, que ele preveja situações atípicas, uma flexibilidade de localização de pontos e uma
202 flexibilidade de parâmetros. Carolina Martins esclareceu que só é possível fazer a flexibilização
203 dos pontos e não dos parâmetros pois não há como prever o que poderia acontecer com esses
204 parâmetros. Adriana Bocaiuva questionou sobre a ideia de se possuir um valor de 25%, que é
205 possível aditivar. Carolina Martins informou que a indicação do grupo de monitoramento foi pela
206 ampliação de pontos e que a alteração de parâmetro entra em mudança de escopo não teria
207 para fazer no mesmo contrato. Conforme a resolução do desembolso, no parágrafo primeiro
208 diz "...o reembolso em cumprimento de atividades de representação em eventos oficiais ou
209 participação de reuniões..." e sugeriu a inserção da palavra ações, para abranger outros tipos
210 de atividades. Sugestão aprovada pelos presentes. Sobre a criação do Grupo de trabalho,



211 Andresse Gnoatto se colocou à disposição para o integrar como membro. Mauricio Muniz
212 questionou se alguém possui mais alguma atualização sobre a questão do tolueno, pois, ainda
213 não teve mais nenhum tipo de atualização e informou que a ICMBio enviou um ofício ao INEA,
214 mas, que ainda não obteve resposta. Na reunião realizada no auditório do IBAMA, foi
215 apresentado um site construído para expor as análises feita por eles, que poderia ser vista ao
216 longo do tempo, com a localização geográfica e os resultados mas que isso também não se
217 concretizou. Recentemente obteve uma notícia que diz respeito à emissão de licença de
218 operação para uma unidade de processamento de gás natural, dentro do site da GASLUB,
219 essa licença chegou a ser pautada na Comissão Estadual de Meio Ambiente - CECA que fica
220 na SEAS no INEA que é uma reunião colegiada onde essas licenças de empreendimento de
221 grandes impactos ambientais são colocadas em deliberação. Na deliberação dessa licença
222 estava para ser emitida uma licença de operação e outra de recuperação ambiental por conta
223 da contaminação do solo na área do GASLUB, ou seja, para além de uma operação de uma
224 planta de processamento de gás natural e em concomitância, uma de remediação ambiental
225 por contaminação. A pedido do IBAMA, essa licença foi retirada de pauta, mas não possui
226 maiores detalhes sobre o que significa essa contaminação. Isso tudo traz mais questões sobre
227 o que não foi resolvido e questionou se alguém obteve alguma atualização recente sobre o
228 assunto. Adriana Bocaiuva informou que já cobrou, mais de uma vez, esses dados e site, e que
229 às vezes lhe é enviado o link de um processo, mas que o processo é somente de um ponto e
230 declarou que a situação está bem complicada. Andriana Bocaiuva deu o informe de que a
231 reunião que aconteceria na segunda-feira às 15h30min, foi adiada para a próxima segunda-
232 feira às 15h30min e destacou sobre a importância da presença do Mauricio, para retomar a
233 solicitação de acesso aos dados. Pois quando é citado o plano de gerenciamento de riscos,
234 sem os dados, é impossível. E que não possui nenhuma novidade em termos de uma
235 comunicação clara e oficial sobre os dados. Andresse Gnoatto questionou aos membros se
236 teria a possibilidade de criar um GT para, posteriormente, verificar quem seria membro. Thiago
237 Leal questionou se seria possível a criação do GT e a deliberação de recursos. Sra. Carolina
238 Martins informou que o GT já pode ser criado, ficando como encaminhamento. Estabelece o
239 que seria necessário, como exemplo, os objetivos, que seriam apresentados ao Plenário, para
240 comunicação. Adriana Bocaiuva sugeriu que fosse mencionado como período, se todos
241 concordassem, durante a crise do Tolueno, lembrando que o todo GT criado vai até o atual
242 mandato. Sra. Carolina Martins sugeriu que sejam colocados: o objetivo, prazo, composição
243 mínima, se vai ser convidado alguém que não faça parte do comitê e que no encaminhamento
244 teria a origem do grupo de trabalho, dando andamento aos trâmites necessários, sem prejuízo
245 das atividades que precisam ser executadas. Elielson Teixeira perguntou, com relação ao



246 grupo de trabalho, se esse grupo seria somente do Subcomitê Leste ou se seria do Comitê.
247 Sra. Carolina Martins respondeu que a proposta seria apenas um grupo de trabalho do
248 Subcomitê Leste e justificou que a força-tarefa foi criada por solicitação do Ministério Público,
249 com a sugestão do setor jurídico da AGEVAP de transformá-la em um grupo de trabalho pois
250 essa instância, força-tarefa, não consta no regimento interno, por isso precisa formalizar a
251 instância e facilitar as atividades com relação aos recursos. Halphy Rodrigues destacou que,
252 sendo uma instância, consegue apoio do Comitê em relação aos recursos e tendo uma
253 personalidade jurídica, encaminhar ofício para diretoria e outros subcomitês. Adriana Bocaiuva
254 explicou, retificando, que força-tarefa não é instância, é um termo usado para articulação entre
255 instituições interessadas em colaborar para determinada atividade. Andresse Gnoatto
256 perguntou aos membros se todos estariam em concordância com a criação do grupo de
257 trabalho do Subcomitê Leste. Elielson Teixeira respondeu que está de acordo e que poderiam
258 verificar, posteriormente, a composição formal do grupo de trabalho. Andresse Gnoatto explicou
259 que são de 3 a 12 membros e que deve manter a paridade do grupo. A Adriana Bocaiuva
260 explicou que é importante manter a paridade, poder público, sociedade civil e usuários para a
261 composição e acrescentou que na primeira reunião oficial do grupo de trabalho é deliberado
262 quem será coordenador assim como todos os procedimentos burocráticos. Os membros se
263 colocaram à disposição para integrarem a composição. Adriana Bocaiuva sugeriu a Andresse
264 Gnoatto que ela contemplasse um convite ao professor Renato Carreira, que está participando
265 das reuniões dos grupos de trabalhos, como convidado. Andresse Gnoatto concordou e
266 informou além de si, os seguintes membros declararam interesse em participar do GT, Thiago
267 Leal, Mauricio Muniz, Wander Guerra e Elielson Teixeira. Adriana Bocaiuva lembrou que
268 quando houver alguma publicação, se poderia realizar uma menção ao grupo de trabalho.
269 Carolina Martins sugeriu que seja criada uma aba no próprio site do grupo de trabalho, com
270 todas as atualizações. Após discussões, como resultado da força-tarefa criada de forma
271 emergencial, em resposta à contaminação do Tolueno, fica, nesse momento, instituído o GT
272 Crise do Tolueno no Subcomitê Leste, para acompanhamento das ações necessárias, sem
273 prejuízo do que a força-tarefa já vem executando. **5) Assuntos gerais:** Elielson Teixeira
274 lembrou sobre a possibilidade de emitir um certificado para os participantes do pleito de
275 2022/2024 e poderia fazer menção dos 18 anos, similar ao que foi realizado pelo Guandu.
276 Citando o nome da instituição e do representante, declarou ser importante para todas as
277 pessoas, tanto como instituição representativa quanto para o profissional da área, poderia ser
278 feito pelo Comitê ou Subcomitê. Os membros elogiaram a sugestão e o apoiaram. Adriana
279 Bocaiuva informou que o Fórum Fluminense recebeu uma comunicação sobre um projeto
280 denominado “Rop Inclusivo” é uma parceria entre a SEAS e a ONU Habitar e tem como



281 propósito mapear as ODs em cada território, e terá uma oficina no oeste da Baía de Guanabara,
282 que ocorrerá no dia 10 de junho, em Caxias da Baía de Guanabara e outra no leste, ainda sem
283 data definida. Andresse Gnoatto informou sobre a indicação de Dennis Rodrigues,
284 representante do Instituto de Ação Socioambiental, para compor a plenária do Comitê,
285 questionou aos membros se aprovam essa indicação. Os membros concordaram a indicação.
286 Dennis Rodrigues, sobre o GT Infraestrutura Verde, que está em vias de evolução para se
287 tornar um CT, devido sua grande importância. Há também um recomendação da troca de nome,
288 para um nome que está mais afinado a pauta do dia que é soluções baseadas na natureza.
289 Informou que possui informe sobre as duas reuniões ocorridas, a primeira foi da reunião em
290 que o Ministério Público convocou o SEAS para esclarecer sobre a bacia do Guapi-Macacu,
291 foram tratadas as questões dos alagamentos em Bonanza e São José da Boa Morte. Em
292 seguida os membros discutiram sobre a possibilidade da criação de um GT de Infraestrutura
293 Verde para o Subcomitê do Leste e decidiram que, por ora, irão discutir essas pautas na
294 Plenária do Subcomitê e futuramente caso necessário croam o GT. Entre assuntos gerais, a
295 reunião foi encerrada às 17h10min, eu, Maria Clara Pimentel da Silva, transcrevi esta ata e dou
296 fé.

297
298 Niterói, 06 de junho de 2024.

299
300
301
302
303 _____
304 Andresse Gnoatto
305 Elielson Texeira

306 Halphy Cunha Rodrigues

307 **Coordenação do Subcomitê Leste**

308 **Participantes:**

309 Associação dos protetores do mar – Andresse Gnoatto; Águas de Niterói - Halphy Cunha
310 Rodrigues; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu - João Alberto Ribeiro; Instituto Chico Mendes
311 de Biodiversidade (APA Guapimirim) - Maurício Barbosa Muniz; Prefeitura de Itaboraí - Raoni
312 Cardoso; Instituto de Ação Socioambiental Cachoeiras de Macacu - Denis Rodrigues;
313 Prefeitura de Guapimirim – Wander Guerra; Conselho Regional de Biologia da 2a Região RJ/ES
314 - Larissa Marques; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de
315 Janeiro (EMATER) - Claudio Teixeira; Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e
316 Sustentabilidade (SMARHS) - Thiago Leal; Prefeitura do Município de Tanguá - Elielson
317 Teixeira e AGEVAP (Secretaria Executiva) - Carolina Martins



318

319 **Convidados:**

320 Adriana Bocaiuva

321

322 **Encaminhamentos:**

323 1. Solicitar publicação da ata, dia 07/03/2024;

324 2. Solicitar publicação da ata, dia 16/04/2024;

325 3. Atualizar o link da reunião do Subcomitê Leste no site do Comitê;

326 4. Enviar para SE, indicação de representantes da Comissão Eleitoral (1 representante de cada
327 setor); (Coordenação);

328 5. Sugerir à CTIL inclusão de " transporte hidroviário" na resolução do apoio de custo a
329 deslocamento;

330 6. Fica determinado que será criado o GT Crise do Tolueno no Subcomitê Leste, para
331 acompanhamento das ações necessárias, sem prejuízo do que a Força-Tarefa já vem
332 executando;

333 7. Convite ao professor Renato Carreira nas reuniões do GT (Andresse Gnoatto).

